

Saepar Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, parte, no bairro Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, constituída em 26/07/2000, tendo como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a realização de empreendimentos, prestação de serviços em geral, especialmente no ramo de seguros e a participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Sul América S.A., denominada “SASA”.

A SASA, controladora da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 52,32% das ações ordinárias, 0,01% das ações preferenciais e 26,79% de participação total. A SASA é uma companhia de capital aberto e publicou em 24/02/2022 no jornal Valor Econômico, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas resumidas e no site deste mesmo jornal suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas relativas ao exercício findo em 31/12/2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, em conformidade ao artigo 294 da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021.

1.1. Compra de participação e incorporação da GNI22 SP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“GNI22”)

Em 30/04/2021, a Companhia assinou o contrato e concluiu a aquisição de 100% das quotas da GNI22 SP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“GNI22”), detida da Sul América Serviços de Saúde S.A. (“SULAMED”), pelo valor contábil de R\$11.804.

Em 31/05/2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta GNI22 pela Companhia, visando simplificar a estrutura societária das companhias envolvidas, trazendo benefícios de ordem administrativa e econômica, com redução de custos.

Apresentamos, a seguir, o acervo patrimonial incorporado ao valor contábil na data-base de 30/04/2021:

Ativo	30/04/2021
Circulante	11.805
Caixa e equivalentes de caixa	47
Caixa e bancos	47
Aplicações financeiras	11.758
Total dos ativos	11.805
Passivo	30/04/2021
Circulante	1
Impostos e contribuições	1
Total dos passivos	1

1.2. Análise de impactos trazidos pela COVID-19

Em 2021, continuamos observando os impactos da pandemia no Brasil, e percebemos que com a redução nas taxas de ocupação dos leitos nos hospitais no quarto trimestre de 2021, em conjunto com o avanço na vacinação da população, tornou-se possível para Companhia a retomada gradual das atividades presenciais.

O retorno de todas as equipes às atividades presenciais/híbridas se dará ao longo de 2022, por ondas, considerando: (1) um modelo de trabalho híbrido (combinando o presencial e o remoto), que visa maximizar eficiência operacional e engajamento dos colaboradores; e (2) retração ou evolução dos casos de COVID-19 nas regiões onde atuamos presencialmente.

Destacamos que durante o exercício de 2021, a Companhia permaneceu com todos os processos operacionais em pleno funcionamento e sem quaisquer impactos para clientes e prestadores de serviços.

A Companhia segue mantendo o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36 (R3), destacando-se que sua controladora indireta Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 28/03/2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

3.1.2. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

3.2.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mensurados ao custo amortizado” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, líquidas de seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresentar redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Investimentos – participações societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos:

- Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- Ágios representam valor pago em excesso ao valor justo líquido dos ativos adquiridos na respectiva data de aquisição, com base na expectativa de geração de lucros futuros. Ágios são contabilizados no investimento, na controladora. Ágios não tem vida útil definida e, portanto, não são amortizados, e tem seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, conforme descrito na nota 3.4. Em situação de venda de controlada ou coligada que tenha originado o ágio em sua aquisição, tal ágio é considerado na apuração de ganhos e perdas da operação; e
- O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital) está registrado no patrimônio líquido.

3.4. Redução ao valor recuperável

3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados.

3.4.2. Ativos não financeiros

Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável.

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 5 anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.6. Passivos financeiros circulantes e não circulantes

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras.

3.7. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia.

3.7.1. Trabalhistas

Toda ação trabalhista é classificada como relevante devido aos pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia. Em razão do acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 10,79% ao ano (10,71% em 2020).

As provisões para processos judiciais trabalhistas estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Ações judiciais fiscais e trabalhistas".

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano.

3.7.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, as provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente.

3.8. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.9. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC's requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

Os principais itens das demonstrações financeiras registrados com base em estimativas referem-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras (nota 6), ao registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros (nota 8) e à constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos (nota 12).

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

3.10. Normas emitidas e revisadas

3.10.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2021 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e
- Contratos onerosos - Custo de cumprir um contrato (alterações ao IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de riscos

Na atividade de gerenciamento de seus recursos próprios, a Companhia utiliza-se da estrutura de gerenciamento de riscos do grupo de empresas controlado pela Sul América S.A. Ademais, a Administração da Companhia entende não serem relevantes os riscos associados aos seus instrumentos financeiros.

5. Disponível

Os saldos de disponível estão mensurados a valor justo através de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2021	2020
Caixa e bancos	142	259
Total	142	259

6. Aplicações financeiras

6.1. Composição das aplicações financeiras

Descrição	2021		
	Valor justo por meio do resultado		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	
Cotas de fundos de investimentos	13.213	13.213	13.213
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	13.213	13.213	13.213
Subtotal	13.213	13.213	13.213
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total			13.213
Circulante			13.213

						2020
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Descrição	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Taxa média de juros	Total
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	14.435	14.391		14.391
Letras financeiras do tesouro	-	-	14.435	14.391	SELIC	14.391
Cotas de fundos de investimentos	5.560	5.560	-	-		5.560
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	5.560	5.560	-	-		5.560
Subtotal	5.560	5.560	14.435	14.391		19.951
Percentual total - contábil		27,87%		72,13%		100,00%
Total						19.951
Circulante						19.951

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

6.2. Movimentação das aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 01/01/2020	4.573	24.707	29.280
Aplicações	30.548	61.695	92.243
Rendimento resgate	(126)	(7.532)	(7.658)
Principal resgate	(29.551)	(64.776)	(94.327)
Resultado financeiro	116	340	456
Ajuste a valor de mercado	-	(43)	(43)
Saldo em 31/12/2020	5.560	14.391	19.951

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2020	5.560	14.391	19.951
Incorporação GNI22	11.752	-	11.752
Aplicações	123.203	2.248	125.451
Rendimento resgate	(874)	(158)	(1.032)
Principal resgate	(127.328)	(16.615)	(143.943)
Resultado financeiro	900	90	990
Ajuste a valor de mercado	-	44	44
Saldo em 31/12/2021	13.213	-	13.213

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando:

- A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: Volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros.

Após nossas análises as sensibilidades foram imateriais.

6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Em 31/12/2021 e 2020 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 1:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) Nível 3:

Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 1

Títulos de renda fixa - públicos:

Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e

Nível 2

Cotas de fundos de investimentos não exclusivos:

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

			2021
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	-	13.213	13.213
Total	-	13.213	13.213

			2020
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	-	5.560	5.560
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	14.391	-	14.391
Total	14.391	5.560	19.951

7. Títulos e créditos a receber

Descrição	2021	2020
Créditos tributários e previdenciários (nota 8)	9.917	6.113
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	-	4.696
Depósitos judiciais e fiscais (nota 12.1)	1.233	451
Outros (a)	7.818	8.742
Total	18.968	20.002
Circulante	13.088	14.560
Não circulante	5.880	5.442

(a) Refere-se basicamente a serviços prestados de infraestrutura ao Grupo Allianz, referente ao período pós alienação da carteira de auto e ramos elementares, envolvendo empresas do Grupo SulAmérica e Grupo Allianz.

8. Créditos e débitos tributários diferidos

A seguir, posição dos créditos tributários e previdenciários líquidos dos débitos tributários.

Descrição	2021	2020
Tributos a compensar/recuperar (nota 8.1)	7.897	3.601
Créditos tributários (nota 8.2)	2.150	2.516
Débitos tributários (nota 8.2)	(130)	(4)
Total	9.917	6.113
Circulante	5.270	1.122
Não circulante	4.647	4.991

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ e CSLL, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por unanimidade, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ e CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou o benefício econômico proveniente da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, para a data de 31/12/2021 no valor de R\$173. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021.

8.1. Tributos a compensar/recuperar

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Adição	Atualização monetária	Baixas / compensações	Saldo em 31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	12.110	2.522	-	(11.086)	3.546
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	55	-	-	-	55
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	1	-	(1)	-
Total	12.165	2.523	-	(11.087)	3.601
Circulante					1.122
Não circulante					2.479

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adição	Atualização monetária	Baixas / compensações	Saldo em 31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.546	7.934	23	(4.970)	6.533
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	55	1.329	9	(30)	1.363
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	1	-	-	1
Total	3.601	9.264	32	(5.000)	7.897
Circulante					5.270
Não circulante					2.627

8.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários

As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	2.043	1.256	(1.347)	1.952
Provisões indedutíveis	57	1.548	(1.585)	20
Participações nos lucros	87	81	(26)	142
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	324	-	-	324
Perda com ajuste a valor de mercado	-	116	(101)	15
Outros	6	57	-	63
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.517	3.058	(3.059)	2.516
Atualizações de depósitos judiciais	(1)	(1)	-	(2)
Outros	(1)	(1)	-	(2)
Total dos débitos tributários	(2)	(2)	-	(4)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	2.515	3.056	(3.059)	2.512

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perda em investimentos	-	4	-	4
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.952	388	(1.282)	1.058
Provisões indedutíveis	20	5.778	(5.331)	467
Participações nos lucros	142	62	(141)	63
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	324	72	-	396
Perda com ajuste a valor de mercado	15	12	(27)	-
Outros	63	77	-	140
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.516	6.393	(6.781)	2.128
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	-	22	-	22
Total dos créditos tributários	2.516	6.415	(6.781)	2.150
Atualizações de depósitos judiciais	(2)	(1)	3	-
Outros	(2)	(128)	-	(130)
Total dos débitos tributários	(4)	(129)	3	(130)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	2.512	6.286	(6.778)	2.020

Os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias e possuem expectativa de realização em até 5 anos.

Em 31/12/2021, as bases de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social a compensar são formadas como demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2016	66	66
Saldos a compensar	66	66

As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base	Crédito tributário não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	24.027	6.007
Diferenças temporárias - CSLL	21.883	1.969
Total	45.910	7.976

9. Participações societárias

Em 31/12/2021 e 2020, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	Sul América Serviços Participações S.A.	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Cival Reinsurance Company Ltd.	Sul América Holding S.A.	GNI22 SP Empreendimento s Imobiliários Ltda.	Integrale Negócios e Serviços S.A.	Total
Saldo em 01/01/2020	1.655.037	13.985	27.119	583	21.054	-	-	1.717.778
Compra de ações	1.521	-	-	-	-	-	-	1.521
Aumento de capital (c)	211.430	-	-	-	-	-	-	211.430
Redução de capital (d)	-	-	-	-	(135.602)	-	-	(135.602)
Baixa de investimento (e)	-	(11.352)	-	(758)	-	-	-	(12.110)
Ganho (perda) de capital (b)	(533)	-	-	-	(2)	-	-	(535)
Deságio em transação de capital (i)	(7.618)	-	-	-	-	-	-	(7.618)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(38.400)	(12.123)	-	-	(318.908)	-	-	(369.431)
Equivalência patrimonial (a)	110.628	9.490	(2.019)	(98)	318.934	-	-	436.935
Variação cambial	-	-	-	273	-	-	-	273
Ajustes de avaliação patrimonial	(9.043)	-	-	-	51	-	-	(8.992)
Subscrição de ações (f)	(117.327)	-	-	-	117.327	-	-	-
Reestruturação SALIC - Venda de Ações (h)	(2.033)	-	-	-	3.160	-	-	1.127
Ágio (g)	(7.096)	-	-	-	-	-	-	(7.096)
Outros ajustes	(22)	-	-	-	-	-	-	(22)
Saldo em 31/12/2020	1.796.544	-	25.100	-	6.014	-	-	1.827.658
Compra de ações (j)	-	-	-	-	-	11.804	-	11.804
Aumento de capital (c)	22.889	-	6.500	-	-	-	-	29.389
Incorporação (i)	-	-	-	-	-	(11.804)	-	(11.804)
Ganho (perda) de capital (b)	(531)	-	(631)	-	-	-	-	(1.162)
Juros sobre capital próprio	(27.138)	-	-	-	-	-	-	(27.138)
Dividendos intermediários	(36.583)	-	-	-	(375)	-	-	(36.958)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(2.254)	-	-	(2.254)
Equivalência patrimonial (a)	72.867	-	819	-	72	-	(97)	73.661
Ajustes de avaliação patrimonial	(16.575)	-	-	-	-	-	-	(16.575)
Integralização de capital (k)	-	-	-	-	-	-	6.300	6.300
Saldo em 31/12/2021	1.811.473	-	31.788	-	3.457	-	6.203	1.852.921

- (a) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de suas investidas provenientes da harmonização entre as práticas contábeis, quando necessário;
- (b) Referem-se a ganhos e/ou perdas de capital nos investimentos diretos da Companhia, onde a mutação do investimento ocorreu de forma desproporcional, alterando o percentual de participação da Companhia na investida;
- (c) Em 29/12/2021, a Companhia aumentou o capital da TRADITIO (nova denominação da SALIC) com juros sobre o capital próprio no montante de R\$22.889, com a emissão de 2 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas, sendo nominativa, sem valor nominal, ao preço de R\$11.443.875,19 (reais) por ação. Em 29/04/2021, a Companhia aumentou o capital da DOCWAY, em dinheiro, no montante de R\$6.500, com a emissão de 30.265 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$214,77 (reais) por ação. Em 26/03/2020, a Companhia aumentou o capital da TRADITIO (nova denominação da SALIC) com juros sobre o capital próprio no montante de R\$35.946, com a emissão de 3 novas ações subscritas e integralizadas, sendo nominativa, sem valor nominal, ao preço de R\$12.488.831,47 (reais) por ação. Em 19/05/2020, a Companhia aumentou o capital da TRADITIO (nova denominação da SALIC) em dinheiro no montante de R\$11.511.224,36 (reais) por ação. Em 26/06/2020 a Companhia aumentou o capital social da TRADITIO (nova denominação da SALIC) em dinheiro no montante de R\$106.417, com a emissão de 9 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.824.081,19 (reais) por ação;
- (d) Em 30/09/2020, a Companhia reduziu o capital da SAH no montante de R\$135.602 por ser considerado excessivo, sem alteração da quantidade de ações representativas do capital social da investida;
- (e) Em 25/09/2020, a Companhia baixou seu investimento na empresa CIVAL e em 10/07/2020, a Companhia baixou o investimento na SASP após alienação para Allianz do Brasil Participações Ltda., conforme registro de transferência de ações;
- (f) Subscrição de ações em decorrência de incorporação de acervo líquido apurado por ocasião da cisão da TRADITIO (nova denominação da SALIC);
- (g) Devido à descontinuidade da operação de automóveis e ramos elementares, a Companhia baixou o ágio do investimento na TRADITIO (nova denominação da SALIC) com contrapartida na rubrica "Receitas e despesas patrimoniais" (vide nota 14.4);
- (h) Valores referentes a reestruturação societária prevista no processo de alienação da carteira de auto e ramos elementares do Grupo SulAmérica para o Grupo Allianz, que passa detê-las a partir de 10/07/2020;
- (i) Efeito reflexo do pagamento efetuado pela controlada indireta Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ), referente à conclusão da aquisição da controlada Rio's Capitalização S.A. (RIOSCAP) tratada na SANTA CRUZ como transação de capita;
- (j) Em 30/04/2021, a Companhia comprou 100% das quotas da GNI22, detida pela SULAMED e em 31/05/2021, a incorporação da investida foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, conforme nota 1.1; e
- (k) Constituição da investida INTEGRALE em 23/08/2021, com integralização de 10% do capital no ato da constituição e 90% em até 12 meses.

2021

Descrição	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Sul América Holding S.A.	Integrale Negócios e Serviços S.A.	Total
Ativo	7.342.583	25.591	9.398	7.084	
Passivo	640.515	6.998	196	192	
Patrimônio líquido	6.702.068	18.593	9.202	6.892	
Receita líquida	2.607	52.538	(23)	(2)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	223.981	1.882	191	(108)	
Percentual de participação (%)	27,05%	86,62%	37,56%	90,00%	
Valor contábil do investimento	1.804.060	16.105	3.457	6.203	1.829.825
Ágio	7.413	15.456	-	-	22.869
Mais valia	-	227	-	-	227
Quantidade de ações ordinárias	152	203.239	137.832.905	6.300.000	

2020

Descrição	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Sul América Holding S.A.	Total
Ativo	7.303.741	16.716	16.265	
Passivo	827.085	5.368	254	
Patrimônio líquido	6.476.656	11.348	16.011	
Receita líquida	205.905	28.903	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	406.270	(2.385)	848.979	
Percentual de participação (%)	27,62%	84,64%	37,56%	
Valor contábil do investimento	1.789.131	8.747	6.014	1.803.892
Ágio	7.413	16.353	-	23.766
Quantidade de ações ordinárias	150	172.974	137.832.905	

10. Contas a pagar

10.1. Obrigações a pagar

Descrição	2021	2020
Obrigações fiscais (nota 12.2)	472	496
Pessoal e benefícios	3.828	3.230
Total	4.300	3.726
Circulante	3.828	3.230
Não circulante	472	496

10.2. Impostos e contribuições

Descrição	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	2.061
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	761
Contribuições PIS e COFINS	2.070	1.274
Imposto Sobre Serviços - ISS	386	413
Contribuição INSS	437	269
Imposto Sobre Serviços - FGTS	113	58
Outros	615	303
Total	3.621	5.139
Circulante	3.621	5.139

11. Partes relacionadas

11.1. Transações

As transações com partes relacionadas referem-se a:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2021	2020	2021	2020
Rio's Capitalização S.A. (nova denominação da SULACAP) (d)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	-	-	4
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (g)	Coligada	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	-	-	4.485	3.458
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c) (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	43
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	-	1
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	16	33	243
Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC) (a) (d) (g)	Controlada	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	4.696	260	1.328
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	465	141
Total			-	4.712	5.243	5.218
Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2021	2020	2021	2020
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b)	Coligada	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	-	-	(34)	(6)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(6)	(29)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	(7)	(35)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(95)	(24)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(1.259)	(189)
Total			-	-	(1.401)	(283)

- (a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;
(b) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
(c) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
(d) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo;
(e) Valor referente ao seguro saúde a funcionários e dirigentes;
(f) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; e
(g) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio Matriz entre companhias da SulAmérica.

Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos pela Companhia, em 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2021	2020	2021	2020
Sul América S.A. - SASA	-	-	51.208	522.385
Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	41.458	32.875	-	-
Sul América Serviços e Participações S.A. - SASP	-	16.164	-	-
Sul América Holding S.A. - SAH	2.629	318.924	-	-
Total	44.087	367.963	51.208	522.385

11.2. Remuneração da Administração

Os Administradores da Companhia receberam as suas remunerações diretamente por outras empresas do grupo SulAmérica.

12. Depósitos judiciais e fiscais, obrigações fiscais, provisões para ações judiciais e contingências

12.1. Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2021	2020
Tributárias:		
Outros	101	98
Subtotal	101	98
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	1.132	353
Subtotal	1.132	353
Total	1.233	451
Não circulante	1.233	451

12.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	Saldos em 01/01/2020	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2020
Tributárias: (a)					
IRPJ	8.184	-	85	(8.269)	-
Honorários	515	-	5	(24)	496
Outros	95	-	3	-	98
Subtotal	8.794	-	93	(8.293)	594
Trabalhistas e cíveis					
Ações trabalhistas	1.540	3.568	114	(76)	5.146
Total	10.334	3.568	207	(8.369)	5.740
Circulante					616
Não circulante					5.124

Descrição	Saldos em 31/12/2020	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2021
Tributárias: (a)					
Honorários	496	2	1	(27)	472
Outros	98	-	3	-	101
Subtotal	594	2	4	(27)	573
Trabalhistas e cíveis:					
Ações trabalhistas	5.146	856	(620)	(2.844)	2.538
Subtotal	5.146	856	(620)	(2.844)	2.538
Total	5.740	858	(616)	(2.871)	3.111
Circulante					451
Não circulante					2.660

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2021 são de R\$472 (R\$496 em 2020), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 10.1).

12.3. Obrigações fiscais

As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2021 e 2020 são:

IRPJ

A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei nº 9.316/1996, as despesas relacionadas com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido passaram a ser inadmitidas para fins de dedução na base de cálculo do Imposto de Renda. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar que a franqueou proceder com o depósito judicial da parcela em disputa. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional, em sede de repercussão geral, o referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento legal, obstando, por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de Contribuição Social na base de cálculo do Imposto de Renda. Nestes termos, os valores questionados até 2013 foram integralmente depositados e provisionados. A Companhia obteve decisão judicial desfavorável transitada em julgado nos autos de seu processo em que discutia a matéria. Com isso, os depósitos judiciais realizados nos autos foram integralmente convertidos em renda a favor da União. O montante baixado foi de R\$8.269.

A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da Taxa Selic, de indébitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do Supremo Tribunal Federal, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte da autora do Mandado de Segurança.

CSLL

A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pela CSLL, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da Taxa Selic, de indébitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do Supremo Tribunal Federal, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações da CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte da autora do Mandado de Segurança.

12.4. Contingências

Descrição	2021	2020
Fiscais (a)	19.383	18.886
Trabalhistas	-	239
Total	19.383	19.125

(a) Na avaliação da Administração sobre a possibilidade de saída de recursos nos processos judiciais fiscais, a parcela não provisionada, no valor de R\$19.383 (R\$18.886 em 2020) é composta, principalmente, por compensações não homologadas pela Receita Federal.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31/12/2021, é de R\$1.150.551 (R\$1.106.844 em 2020), representado por 3.608 (3.525 em 2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2020, cumulativamente com a Assembleia Geral Ordinária, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$53.148, sendo R\$52.833 com dividendos mínimos obrigatórios e R\$315 em dinheiro, com a emissão de 96 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$553.627,99 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$876.733 para R\$929.881.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/05/2020, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$70.060, com a emissão de 126 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$556.033,32 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$929.881 para R\$999.941.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/06/2020, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$106.903, com a emissão de 187 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$571.670,66 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$999.941 para R\$1.106.844.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/04/2021, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$6.863, com a emissão de 13 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$527.948,17 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.106.844 para R\$1.113.707.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/10/2021, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$4.251, com a emissão de 8 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$531.317,81 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.113.707 para R\$1.117.958.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/11/2021, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$10.519, com a emissão de 20 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$525.926,89 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.117.958 para R\$1.128.477.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2021, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia mediante a utilização do crédito relativo aos juros sobre capital próprio no valor total de R\$22.074, com a emissão de 42 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$525.569,38 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.128.477 para R\$1.150.551.

13.2. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

13.3. Reserva estatutária

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

13.4. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, relativos a títulos próprios e os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

13.5. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor.

Em 28/09/2020, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$322.664, parte imputados como dividendos mínimos obrigatórios, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, à razão de R\$91.536,04 (em reais) por ação, para pagamento aos acionistas a partir da presente data.

Em 26/11/2020, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$64.118, com base no saldo das reservas de lucro da Companhia, existentes em 31/12/2019, à razão de R\$18.189,68 (em reais) por ação, para pagamento aos acionistas a partir da presente data.

Em 09/12/2020, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$135.601, com base no saldo das reservas de lucro da Companhia, existentes em 31/12/2019, à razão de R\$38.468,58 (reais) por ação, para pagamento aos acionistas a partir da presente data.

Em 25/10/2021, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$51.182, com base no saldo das reservas de lucro da Companhia, existentes em 31/12/2020, à razão de R\$14.466,41 (em reais) por ação, para pagamento aos acionistas a partir da presente data.

Em 20/12/2021, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$26.000, sendo R\$7.291,08(em reais) por ação, a serem pagos a partir desta data.

13.6. Distribuição do resultado

Em 31/12/2021 e 2020, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2021	2020
Lucro antes dos impostos e contribuições	77.546	443.188
(-) Impostos e contribuições	(1.485)	(4.644)
Lucro líquido do exercício	76.061	438.544
Outros ajustes	-	(968)
Lucro líquido após ajustes	76.061	437.576
Constituição da reserva legal (5%)	(3.803)	(21.879)
Lucro líquido ajustado	72.258	415.697
Dividendos mínimos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	18.065	103.924
(-) dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	-	103.924
(-) dividendos antecipados não imputados nos dividendos obrigatórios	46.258	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	18.065	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido não imputados nos dividendos obrigatórios	4.035	-
Bruto	26.000	-
Imposto de renda	(3.900)	-
Saldos dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	-	311.773

14. Detalhamento das contas de resultado

14.1. Receita líquida

Descrição	2021	2020
Receitas:	96.754	50.513
Prestação de serviços (a)	96.754	50.513
Impostos sobre receita:	(13.787)	(7.198)
PIS/COFINS	(8.950)	(4.672)
ISS	(4.837)	(2.526)
Total	82.967	43.315

(a) Valores referentes, principalmente, aos serviços prestados de infraestrutura ao Grupo Allianz a partir de julho/2020, referente ao período pós alienação da carteira de auto e ramos elementares, envolvendo empresas do Grupo SulAmérica e Grupo Allianz (vide nota 9).

14.2. Despesas administrativas

Descrição	2021	2020
Pessoal próprio	(13.744)	(7.910)
Participação no resultado	(1.298)	(769)
Serviço de terceiros (a)	(56.627)	(15.898)
Localização e funcionamento	(4.873)	(3.069)
Publicidade e propaganda	(270)	-
Outras	(691)	(295)
Total	(77.503)	(27.941)

(b) Valores referentes, principalmente, aos serviços prestados de infraestrutura ao Grupo Allianz a partir de julho/2020, referente ao período pós alienação da carteira de auto e ramos elementares, envolvendo empresas do Grupo SulAmérica e Grupo Allianz (vide nota 9).

14.3. Resultado financeiro por categoria

Descrição	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	990	456
Valor justo por meio do resultado	900	116
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	90	340
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	479	(2.017)
Outros	(8)	(85)
Total	1.461	(1.646)

14.3.1. Receitas financeiras

Descrição	2021	2020
Valorização de quotas de fundos de investimentos	914	188
Títulos de renda fixa - Públicos	119	685
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	61	133
Outras	112	134
Total	1.206	1.140

14.3.2. Despesas financeiras

Descrição	2021	2020
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(44)	(417)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	418	(2.150)
Outras	(119)	(219)
Total	255	(2.786)

14.4. Receitas e despesas patrimoniais

Em 31/12/2021, o saldo de receitas e despesas patrimoniais totaliza o montante de R\$11 (R\$6.941 em 2020). Esta variação refere-se, basicamente, pela baixa do ágio do investimento devido à descontinuidade da operação de automóveis e ramos elementares no montante de R\$7.096 em 2020 (vide nota 9).

15. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	77.546	77.546	443.188	443.188
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(19.387)	(6.979)	(110.797)	(39.887)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Correntes:				
Adições:				
Despesas não dedutíveis	(14)	(5)	(4)	(2)
Provisões indedutíveis	(329)	(118)	-	-
Juros sobre o capital próprio	(284)	(102)	(1.381)	(497)
Outras	-	-	(612)	(231)
Subtotal	(627)	(225)	(1.997)	(730)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	18.425	6.632	109.234	39.324
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	657	237	67	24
Reversão de provisões não dedutíveis	-	-	27	10
Atualização de depósitos judiciais	1	-	1	-
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	6	2	17	7
Apuração de indébito tributário	96	36	-	-
Outras	103	27	-	-
Subtotal	19.288	6.934	109.346	39.365
Redução de incentivos fiscais	59	-	75	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(667)	(270)	(3.373)	(1.252)
Diferidos:				
Constituição crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	17	6	-	-
Reversão de crédito tributário sobre diferenças temporárias	(327)	(118)	(12)	(4)
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(93)	(33)	(2)	(1)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(403)	(145)	(14)	(5)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(1.070)	(415)	(3.387)	(1.257)
Alíquota efetiva	1,38%	0,54%	0,76%	0,28%
Alíquota efetiva combinada		1,92%		1,04%

16. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento

A Companhia aumentou, com juros sobre o capital próprio, o capital da TRADITIO (nova denominação da SALIC), no montante de R\$22.889, conforme descrito na nota 9. Ademais, conforme nota 13.1, o acionista da Companhia aumentou seu capital social em R\$22.074 com juros sobre capital próprio a pagar.

17. Evento subsequente

Em 23/02/2022, a controladora indireta Sul América S.A. (SASA) e a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, a combinação de negócios entre as companhias que será realizada por meio da incorporação da SASA pela Rede D'Or, nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM 565/2015, resultando (i) na extinção da SASA, que será sucedida pela Rede D'Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D'Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA de que sejam titulares na data de consumação da Incorporação, as quais serão extintas ("Acionistas SASA").

Uma vez implementada a Operação, portanto, os Acionistas SASA migrarão para a base acionária da Rede D'Or, que permanecerá uma companhia aberta listada no Novo Mercado. A Rede D'Or, por sua vez, assumirá o controle das sociedades atualmente controladas, direta ou indiretamente, pela SASA.

A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as Companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odonto, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio.

A Operação será oportunamente submetida às aprovações das Assembleias Gerais das duas Companhias e aos órgãos reguladores competentes, em especial Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Banco Central do Brasil – BCB.